

RESENHA

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, 302p.

Diogo da Silva Roiz*

No século XX houve uma verdadeira revolução sobre o que se entende por documento, permitindo a ampliação e a diversificação da definição de fonte na pesquisa histórica. Peter Burke já havia constatado isso na apresentação da obra *A escrita da história: novas perspectivas*, em que ressaltava que a historiografia no século XX (a começar pela francesa) questionou o caráter e a limitação das fontes oficiais, a imputação de uma objetividade que lhe era creditada pelo simples fato de se contatar sua autenticidade, a idéia de “grandes homens” na história, de uma história “vista de cima”, do conceito de acontecimento e da idéia de narrativa, típicas da historiografia “metódica” do século XIX. Para ele, o resultado desses questionamentos foi um significativo aumento no número de possíveis fontes a serem investigadas pelo historiador. De modo que se passou a observar a diversidade de fontes passíveis de serem inquiridas pelo historiador. Houve o reconhecimento da subjetividade inerente à escrita da história, de que existe também a história das “massas”, “vista de baixo”, e se constatou a importância da “longa duração” e da idéia de “estrutura” para a história. Por outro lado:

* Mestre em História pela UNESP, Campus de Franca. Coordenador do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Campus de Amambai.

Resenha de “Fontes históricas”

Embora as interpretações historiográficas se sucedam no tempo, percebe-se que as mais recentes conservam diversos conteúdos das anteriores, alguns são vitalizados por releituras, outros permanecem cristalizados na produção de grupos resistentes às novas idéias (JANOTTI In: PINSKY, 2005, p. 16).

É o que constata uma das autoras do livro *Fontes históricas* sobre essa questão, e que foi organizado pela professora Carla Bassanezi Pinsky. O livro reúne oito ensaios, dos quais o primeiro, escrito por Maria de Lourdes Janotti, é uma apresentação historiográfica da obra, e o último, escrito por Jorge Grespan, que também serve de conclusão, oferece uma discussão teórica sobre o método na pesquisa histórica. O que quer dizer que os seis textos restantes do livro empreendem um debate a respeito das fontes documentais (dos arquivos); arqueológicas; impressas; orais; biográficas e audiovisuais.

O livro oferece, assim, uma análise “das fontes propriamente ditas e, conseqüentemente, dos métodos e das técnicas utilizadas pelos pesquisadores em seu contato com os documentos, os vestígios e os testemunhos do passado humano”, esclarece Bassanezi na apresentação da obra. Todos os textos, nesse sentido, foram pensados para servir tanto para o iniciante, pouco habituado com o contato com as fontes, quanto para o especialista. Todos foram escritos com os mesmos objetivos didáticos, muito bem definidos, trazendo, ao final de cada um, roteiros de leitura, dicas de pesquisa e questionamentos mais comuns àquela fonte. Para atingir a melhor execução das pesquisas à fonte discutida, todos os pesquisadores formados pela academia “têm como referência o rigor na análise, as críticas propostas pela Nova História ao cientificismo, a necessidade da interdisciplinaridade para ampliar as interpretações, posturas não-dogmáticas, atenção às condições materiais da produção das fontes, quase ausência do viés sociológico na linguagem, bibliografia atualizada, preocupação com a clareza

da exposição” (JANOTTI In: PINSKY, 2005, p. 17-8), diz Janotti ao avaliar o conjunto dos ensaios do livro.

Com o objetivo de evidenciar as características e a importância da documentação armazenada nos arquivos públicos (e também privados) do país, Carlos Bacellar, no seu ingresso, principalmente, aos arquivos cartoriais e paroquiais, apresenta-os aos iniciantes e aos familiarizados com esse tipo de fonte. Faz referência aos diferentes tipos de documentos que podem ser armazenados nesse tipo de arquivo e destaca os provenientes da administração do Estado. Daí seu questionamento:

Como surgiram os primeiros “arquivos brasileiros”? Quando da expansão ultramarina, a instalação portuguesa no Brasil se fez, nos primeiros momentos, pela concessão das capitanias hereditárias. Logo, porém, as dificuldades evidentes dessa estratégia obrigaram à mudança de rumos na política colonial metropolitana, com a decisão de se instalar um Governo Geral em Salvador. Podemos considerar que, desde então, duas linhas básicas de acumulação documental se estabeleceram: uma, privada, em mãos dos capitães-donatários, em sua maioria estabelecidos em Portugal, e outra, pública, na sede do Governo local e metropolitano. Todavia, o evoluir dos depósitos de arquivos deu-se de modo precário, sem maiores regulamentações, ocorrendo ao acaso onde houvesse um canto vago para juntar os papéis cujo trâmite já havia se encerrado (BACELLAR In: PINSKY, 2005, p. 43).

O desenvolvimento dos estudos das fontes arqueológicas também foi lento, e como demonstra Pedro Paulo Funari, têm sido, desde então, fundamentais para a pesquisa de sociedades do passado e do presente. Segundo Funari:

A Arqueologia deriva, ela própria, da História, tendo surgido como uma maneira de se disponibilizar as fontes escritas sobre o passado e de *complementar* as informações exis-

Resenha de “Fontes históricas”

tentes com evidências materiais sem escrita. Pressupondo que a História se escreve com documentos, a primeira providência dos historiadores, a partir das décadas iniciais do século XIX, foi a publicação de documentos antigos, transmitidos pela tradição textual dos copistas, em edições com aparatos críticos, ou seja, com notas sobre as diferenças entre os manuscritos. Iniciou-se, pois, a publicação de coleções de obras latinas e gregas, primeiro, e depois de uma infinidade de textos em línguas antigas, medievais e modernas. Ao mesmo tempo, começou a surgir a preocupação com a preservação de documentos de arquivos, com a criação de instituições arquivísticas públicas e com critérios próprios. Uma consequência natural dessa preocupação com a documentação fez surgir grandes iniciativas arqueológicas de coleta e publicação de artefatos, edifícios e outros aspectos da *cultura material*, que deve ser entendida como *tudo que é feito ou utilizado pelo homem* (FUNARI In: PINSKY, 2005, p. 84-5).

Das fontes documentais de arquivos e das arqueológicas, passa-se para a análise das fontes impressas, com as quais Tânia de Luca dedicou um interpretação cuidadosa, historiando como surgiram e como passaram a ser estudadas, quais suas principais características e qual a importância de se estudar jornais e revistas para a compreensão do passado. Para ela:

Não se pode desprezar o peso de certa tradição, dominante durante o século XIX e as décadas iniciais do XX, associada ao ideal de busca da verdade dos fatos, que se julgava atingível por intermédio dos documentos, cuja natureza estava longe de ser irrelevante. Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para a qual o especialista deveria estar atento (LUCA In: PINSKY, 2005, p. 111-2).

Mesmo com a crítica iniciada pelas Ciências Sociais, no final do século XIX, a esse tipo de tratamento e interpretação das fontes, que foram levadas avante pelo movimento criado pela revista *Annales* a partir da década de 1930, não se fez com que o impresso fosse imediatamente incorporado no acervo de fontes disponíveis para serem pesquisadas pelo historiador. Foi apenas nas décadas de 1960 e 1970, e a partir da publicação do livro *Fazer história* em 1974, organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora, que o impresso, jornais e revistas, passaram, de fato, a ser objeto de pesquisa.

Da mesma forma que as fontes impressas, as fontes orais passaram a fazer, igualmente, parte do *corpus documental* do historiador a partir dos anos de 1970. Pode-se detectar a preocupação com o estudo das fontes orais já no século XIX, mas o seu desenvolvimento foi também produto da crítica ensejada pelo movimento dos *Annales*, o qual permitiu uma completa abertura das fontes a serem investigadas pelo historiador. Nesse caso, o texto de Verena Alberti, ao estudar a “mais recente metodologia interdisciplinar que tanto sucesso vem obtendo entre os historiadores” e cientistas sociais, enfatiza como o pesquisador acaba construindo sua própria fonte, estando inserida no que tem sido chamado de história do tempo presente. Para ela:

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistadas, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI In: PINSKY, 2005, p. 155).

O texto de Vavy Pacheco Borges evidencia como se originou a história biográfica e a sua fortuna crítica ao longo do tempo, até chegar ao século XX, sendo primeiro demasiadamente criticada,

e depois, no último quarto do século, retomada sob novas perspectivas em função das críticas ao marxismo e ao estruturalismo. Para ela a “preocupação com a descrição da história de uma vida teve seu início no mundo grego antigo, ao mesmo tempo em que surgiu a história como forma de conhecimento: essa era uma história política, com sua diferenciação/imbricação com a memória” (BORGES In: PINSKY, 2005, p. 205). E o chamado retorno da história biográfica, diz ela, a partir dos anos de 1980, “tem muitos pontos em comum com o também chamado pelos franceses de ‘retorno da História política’”, vindo ambos com a renovação dos estudos históricos que teve início na década de 1970. De modo que, dirá Janotti:

Partindo dessa premissa e baseada em autores recentes, aborda as diferentes perspectivas e ambições dos estudos biográficos: biografia modal, na qual o indivíduo ilustra o coletivo; biografia como complemento indispensável da análise das estruturas sociais e dos comportamentos coletivos; biografias que representem o interesse pelos excluídos e pelas minorias; a biografia é uma fonte de conhecimento do ser humano. A autora mostra como fazer uma pesquisa biográfica enfatizando os principais problemas que ela envolve (JANOTTI In: PINSKY, 2005, p. 20).

Já o texto de Marcos Napolitano se deteve no estudo das fontes audiovisuais, destacando a importância e a complexidade das imagens e dos sons para o estudo e o conhecimento do passado. De acordo com sua interpretação:

As fontes audiovisuais e musicais ganham crescentemente espaço na pesquisa histórica. Do ponto de vista metodológico, são vistas pelos historiadores como fontes primárias novas, desafiadoras, mas seu estatuto é paradoxal. Por um lado, as fontes audiovisuais (cinema, televisão e registros sonoros em geral) são consideradas por alguns, tradicional e erroneamente, testemunhos quase diretos e objetivos da

Diogo da Silva Roiz*

história, de alto poder ilustrativo, sobretudo quando possuem um caráter estritamente documental, qual seja, o registro direto de eventos e personagens históricos. Por outro lado, as fontes audiovisuais de natureza assumidamente artística (filmes de ficção, dramaturgia, canções e peças musicais) são percebidas muitas vezes sob o estigma da subjetividade absoluta, impressões estéticas de fatos sociais a objetos que lhe são exteriores. A questão, no entanto, é perceber as fontes audiovisuais e musicais em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos de representação da realidade, a partir de seus códigos internos. Tanto a visão “objetivista” quanto o estigma “subjetivista” falham em perceber tais problemas (NAPOLITANO In: PINSKY, 2005, p. 235-6).

233

Portanto, a leitura deste livro contribui para que, principalmente o iniciante, perceba a renovação do *corpus documental* do historiador no decorrer do século XX e a forma como cada tipo de fonte exige tratamentos metodológicos específicos. A obra, nesse sentido, é um excelente instrumento de apoio para a elaboração de um projeto de pesquisa (de iniciação científica, de mestrado ou doutorado) e as diferentes etapas de coleta de dados, agrupamento e interpretação das fontes. É possível criticar a falta de um ou outro documento no tratamento dessas diferentes fontes, mas isso não prejudica, em nada, os méritos do livro, e a maneira como os autores trataram do tema.

Recebido em 20/11/2007.

Aprovado em 15/03/08.